

## DEMOCRACIA, ESTADO E COMUNISMO NO PENSAMENTO DE LENIN

Eixo: Lukács e a recuperação onto-revolucionária do pensamento de Marx

Regina Brito Mota dos Santos\*

Edna Bertoldo\*\*

### RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar uma análise sobre a eliminação da república democrática e a instauração do comunismo, a partir da concepção lenineana de Estado. Partindo da pesquisa bibliográfica da obra *O Estado e a revolução*, de Lenin (1986); *O Estado como arma*, de Lukács (2012); *Socialismo e democracia*, de Tonet (1997); *Descaminhos da esquerda - da centralidade do trabalho à centralidade da política* de Tonet e Nascimento (2009); e *Política e o Estado democrático*, de Lessa e Tonet (2008), foram coletados dados sobre a concepção de democracia e de Estado em Lenin que, com base em Marx e Engels, defende que o Estado é um instrumento de coerção e repressão de classe. Em relação à democracia, o autor entende que se trata de uma das formas variantes do Estado, sendo o comunismo o caminho a ser seguido. Os principais resultados da pesquisa a partir dos fundamentos da obra de Lenin e dos autores citados indicam que a república democrática é uma forma de governo que favorece a minoria privilegiada pelo capital, devendo o Estado e a democracia desaparecer concomitantemente. A derrubada da democracia não é um limite intransponível, mas uma etapa importante na fase transitória do regime capitalista à sociedade comunista.

**Palavras-chave:** Estado. Fim da república democrática. Comunismo.

### RESUMEN

En este artículo se presenta un análisis de la eliminación de la república democrática y el establecimiento del comunismo, desde la concepción de la lenineana Estado. A partir de la bibliografía del libro *El Estado y la revolución*, Lenin (1986); *El Estado como arma*, Lukács (2012); *El socialismo y la democracia*, Tonet (1997); *Desviado de la izquierda - la centralidad del trabajo a la centralidad de nacimiento* (2009) Política y Tonet; y la política y el Estado democrático, y Tonet Lessa (2008), se recogieron datos para el diseño de la democracia y el Estado de Lenin que, basándose en Marx y Engels, sostiene que el Estado es un instrumento de represión de clase y la coacción. En cuanto a la democracia, el autor cree que es una de las formas variantes del estado, y el comunismo el camino a seguir. Los principales resultados de la investigación de los fundamentos de la obra de Lenin y los autores citados sugieren que la república democrática es una forma de gobierno que favorece a la minoría privilegiada por el capital, con el Estado y la democracia desaparece de forma concomitante. El derrocamiento de la democracia no es una barrera infranqueable, pero un paso importante en la fase de transición del capitalismo a la sociedad comunista.

**Palabras clave:** Estado. Fin de la república democrática. Comunismo

---

\* Aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) 2013/2014. E-mail: reginabrito11@hotmail.com

\*\* Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e líder do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana.

## Introdução

Tendo como principal referência a obra de Lenin *O Estado e a revolução*, o presente artigo apresenta sua concepção de Estado como um instrumento de coerção e repressão de uma classe, ideia que é reforçada ao examinar a república democrática como uma das variantes formas deste Estado. A ideia de Estado como arma na luta de classes é reafirmada por Lukács (2012), o qual oferece grande contribuição na presente discussão.

O estudo sobre a presente temática é importante porque em geral as explicações sobre as causas das desigualdades sociais estão centradas na necessidade de participação social na sociedade democrática, vislumbrando o capitalismo como a única alternativa para a humanidade.

Lessa e Tonet em *A política e o Estado democrático* (2008) fazendo uma análise sintética sobre o processo sóciohistórico desde a sociedade primitiva à sociedade burguesa, afirmam que a história é produto dos atos humanos. Para eles, a reprodução social está ligada por um lado, à reprodução da totalidade social e, por outro, pela totalidade dos indivíduos, ou seja, ambas desenvolvem-se somente se articuladas uma à outra. Partindo desta compreensão, os autores esclarecem que há entre ambas inevitáveis contradições que se explicam, em suma, pelo desenvolvimento social e pelas resultantes exigências impostas aos indivíduos.

Quando o desenvolvimento social chegou à esfera do capitalismo, conforme analisam os autores, a forma privada de acumulação de riqueza fez com que apenas a classe dominante dela se apropriasse, sendo negada à maior parte da humanidade: os trabalhadores. Assim, a busca desenfreada por lucros cada vez maiores, faz com que nem mesmo com a introdução de maquinário ocorra a diminuição da jornada de trabalho, pois “[...] o que interessa à burguesia é aumentar o lucro individual dos proprietários” (LESSA; TONET, 2008, p. 86).

Assim, o problema inerente ao objeto deste estudo diz respeito à análise lenineana acerca da conquista da democracia que, embora seja considerada uma etapa importante na sociedade capitalista em vias de transição, tem seus limites, o que leva o autor a propor o definhamento do Estado burguês e a instauração do comunismo.

No que concerne ao comunismo, o autor defende a conscientização das massas na luta pela transformação social, sendo o proletariado e não o Estado, a classe principal neste processo, uma vez que a centralidade está no trabalho e não na política.

A temática, objeto deste estudo, apresenta dados da pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFAL/FAPEAL),

sendo que um de seus objetivos específicos consiste em fazer o estudo da obra *Estado e a revolução*, de Lenin, inserida no contexto da revolução bolchevique, a fim de apreender sua concepção de Estado como instrumento de coerção e repressão, buscando estabelecer a relação com a concepção de Marx segundo a qual o Estado é um instrumento de domínio de classe.

## **1 Estado e democracia na obra *O Estado e a revolução***

Antes de tudo, consideramos importante compreender o conceito lenineano atribuído ao aparelho estatal. Em sua obra *O Estado e a revolução*, Lenin defende insistentemente a teoria marxista de Estado como um aparelho especial de coerção e repressão, o qual deve ser tomado pela classe proletária e, em seguida, este deve entrar em definhamento.

Na obra, a primeira referência ao Estado feita por Lenin compreende o seguinte entendimento: “O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados” (LENIN, 1986, p. 9). De acordo com o autor, o Estado tem o papel de legitimar as desigualdades econômicas e sociais, como assegura a teoria marxista, ao afirmar que ele é “[...] um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão (LENIN, 1986, p. 9)”. De acordo com esta concepção, o Estado atua como uma força especial de coerção de uma classe, ou seja, um instrumento de dominação da classe dominante.

Em comunhão com Lenin, Lukács (2012, p. 77) assegura que:

Não se luta apenas contra o Estado, mas o Estado mesmo revela seu caráter como arma de luta de classes, como um dos mais importantes instrumentos para a manutenção da dominação da classe.

Nesse sentido, conforme advoga o autor, é possível admitir que o Estado atue como um instrumento favorável para o privilégio de uma classe em detrimento de outra, sendo instauradas, portanto, lutas hegemônicas, onde se sobressai a classe favorecida pelo Estado (a classe burguesa).

Associada à questão do Estado, encontra-se a concepção de democracia no escrito de Lenin (1986). No entendimento dele, “A democracia é uma das formas, uma das variantes do Estado. Por consequência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens” (LENIN, 1986, p. 123).

Lenin, baseado na concepção engelsiana do Estado, defende que este nunca poderá ser, sequer em última instância, livre ou popular, já que todo e qualquer Estado compreende uma força especial de repressão da classe oprimida. Ele faz referência à posição de Engels acerca da revolução violenta<sup>1</sup> como o único caminho para a abolição<sup>2</sup> do Estado burguês, uma vez que somente em função deste tipo de revolução, este pode ceder lugar à ditadura do proletariado<sup>3</sup>.

O autor, citando Marx, embora reconheça o despotismo do Estado e seu papel como instrumento que beneficia uma única classe, justifica a necessidade da conquista da democracia para que a ditadura do proletariado seja instaurada. Portanto, ele entende que a república democrática é uma etapa que antecede a ditadura do proletariado.

Sua análise encontra-se fundamentada em Engels ao explicar o seguinte:

O que é absolutamente certo é que o nosso partido e a classe operária só podem chegar ao poder sob a forma de República democrática. É mesmo essa a forma específica da ditadura do proletariado, como já o demonstrou a grande revolução francesa. (ENGELS apud LENIN, 1986, p. 87).

Sobre as contribuições que esta república democrática trará à luta do proletariado, Lenin (1986, p. 88) afirma que a mesma:

[...] dará a essa luta uma profundidade, uma extensão, uma dureza, tais que, uma vez surgida a possibilidade de satisfazer os interesses essenciais das massas oprimidas, essa possibilidade se realizará fatalmente e unicamente pela ditadura do proletariado, arrastando consigo as massas.

Uma vez conquistada a democracia, Lenin (1986) propõe a realização de uma força especial de repressão da burguesia pelo proletariado, feita por meio da abolição do Estado burguês, ou seja, quando este é substituído pela ditadura do proletariado. Engels afirma, conforme as palavras de Lenin (1986, p. 27), que “[...] A abolição do Estado proletário, isto é, a abolição de todo e qualquer Estado, só é possível pelo ‘definhamento’”. Sua compreensão sobre o definhamento do Estado refere-se à morte do Estado proletário após a revolução socialista, ou seja, o que morre depois dessa revolução é o Estado proletário.

---

<sup>1</sup> Como explica Lenin (1986), são necessárias ondas de sangue justificadas pelo esmagamento da minoria dos exploradores pela maioria dos escravos assalariados.

<sup>2</sup> Refere-se à revolução econômica, ocasião em que o proletariado se apodera da força do Estado e dos meios de produção, transformando a propriedade privada em bens sociais.

<sup>3</sup> Na ditadura do proletariado a repressão do Estado ainda é necessária, no entanto, é transitória e será feita pela maioria dos explorados contra uma minoria de exploradores.

De acordo com o autor, Engels considera que este novo Estado é o Estado livre do povo já que, conforme suas palavras, “O Estado não é abolido: morre”. É deste ponto de vista que se pode entender a nova palavra de ordem: “Estado livre do povo” (ENGELS apud LENIN, 1988, p. 21). A partir daí é possível entender que a destruição do Estado nada mais é que a consolidação do Estado livre do povo, expressão que coincide com o significado atribuído de forma equivocada à democracia como o governo do povo.

Diante disto, Lenin (1988) traz à tona uma análise marxista que, de início, pode parecer estranha. Trata-se da morte da democracia, já que esta também é o Estado e, desta forma, só desaparecerá quando o Estado também desaparecer. Assim, Lenin chama a atenção para o fato de que muitos desconhecem o que é o “Estado livre do povo” e, na oportunidade, conceitua esta expressão como uma fórmula oportunista da falsa democracia burguesa, uma vez que “[...] a escravidão assalariada é o quinhão do povo mesmo na república burguesa mais democrática” (LENIN, 1988, p. 24).

Lessa e Tonet em *A política e o Estado democrático* (2008), explicam que a vida cotidiana no capitalismo compreende uma luta de todos contra todos uma vez que a busca de enriquecimento, por meio da exploração do trabalho alheio, faz com que a vida coletiva seja marcada pelos interesses individuais.

Os autores, explicando a natureza da democracia burguesa, afirmam que se trata de uma forma de organização baseada nas necessidades do capitalismo:

Ela se caracteriza pela concepção de que todos os homens são iguais [...] o capitalista e o operário são todos iguais. Mas, como na realidade o burguês é sempre mais poderoso do que o operário, a igualdade política afirmada pela democracia significa, de fato, a máxima liberdade para o capital explorar a força de trabalho [...] a igualdade política e jurídica nada mais é no que a afirmação social, real, das desigualdades sociais. (LESSA; TONET, 2008, p. 88).

Para os autores, as leis não dão privilégios a ninguém, sendo elaboradas por conservadores do capitalismo que advogam o tratamento igual de todas as pessoas, reproduzindo assim, as desigualdades sociais. Assim, todos os direitos assegurados pela falácia da democracia são compatíveis à exploração do homem pelo homem. Desta forma, a democracia, sob a ótica dos autores, é um instrumento de reprodução das desigualdades entre os homens, na medida em que advoga a igualdade política entre burgueses e trabalhadores.

De igual modo e, inseparavelmente, o Estado capitalista reproduz e legaliza as desigualdades entre operário e burguês já que, por mais democrático que seja, será sempre um

instrumento de repressão contra os trabalhadores, embora isto seja velado pela ilusão de que ao votar e eleger, o indivíduo não está apenas escolhendo qual o representante da classe dominante esmagará a maioria da população.

Com isto, os autores esclarecem que o Estado capitalista entrará em ação sempre que os conflitos ameaçarem o poder da burguesia:

Marx tem toda razão quando afirma que a democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante. Quando for do interesse dos capitalistas suspender a ordem democrática para melhor reprimir os trabalhadores, assim será feito. (LESSA; TONET, 2008, p. 90).

Lenin (1986) sintetiza as razões que levariam Engels a sustentar a tese da eliminação do termo democracia, uma vez que a república democrática também é uma forma de governo. O autor esclarece que o problema da denominação não é maior que o problema das relações entre o proletariado e o Estado, pois “[...] a supressão do Estado é igualmente a supressão da democracia e que o definhamento do Estado é o definhamento da democracia” (LENIN, 1986, p. 100).

Para oferecer suporte a estas análises, Lenin (1986) explica que Engels não está se posicionando contra o princípio essencial da democracia, que é a submissão da minoria à maioria, ou seja, “[...] a organização da violência sistematicamente exercida por uma classe contra a outra (LENIN, 1986, p. 101).” Sua defesa consiste no entendimento de que a república democrática não deixa de ser exercida pelo aparelho estatal. Como afirma Lenin (1986), a conexão entre o definhamento do Estado e o desenvolvimento do comunismo compreende uma importante questão nos estudos de Marx, embora este tenha sido acusado de “estatista”. A acusação é resultado de sua análise sobre o Estado e como o concebe na sociedade comunista futura.

## **2 O Estado, a democracia e a transição para a sociedade comunista**

Lenin entende que a teoria marxiana é a teoria da evolução; sendo assim, a reflexão sobre o Estado no processo de transição para a sociedade comunista deve levar em conta o seu *definhamento* e a falência do capitalismo. Desta forma, é possível o entendimento de que entre a passagem da democracia (que não passa nunca da democracia da minoria) para o comunismo, há um período de transição histórica. Assim, é preciso compreender quais as transformações realizadas pela democracia neste processo de transição, pois, segundo Lenin

(1986, p. 109), a democracia burguesa limita a participação social, fazendo com que a classe dominada é quem decide, “[...] uma vez cada três ou seis anos, [...] qual, entre os membros da classe dominante, será o que, no parlamento, os representará e esmagará”. Por esta razão Lenin (1986, p. 110) conclui que a transformação realizada pela democracia é o seu definhamento: “[...] o Estado deixará de existir e se poderá falar em liberdade. [...] Só então a democracia começará a definhar”.

Tonet (1997) oferece contribuições significativas sobre a questão da transição, considerando que se trata de um importante caminho viável à construção do socialismo. O autor desmistifica aquelas proposições tão em voga que caminham na direção de uma melhor administração do Estado por intermédio de paliativos como transparência, honestidade, participação etc., que significa na verdade, a defesa de conservação da democracia.

Na opinião dele, a classe trabalhadora não pode perder de vista a perspectiva revolucionária de superação do capital, precisando evitar sua substituição por mudanças supérfluas e oportunistas. Para tanto, o autor chama a atenção para o primeiro passo a dar que consiste na necessidade de definir o que é, no plano prático e efetivo, o socialismo.<sup>4</sup> Sobre esta discussão, Tonet (1997, p. 143) põe à prova a ligação e o abismo que existe entre socialismo e democracia, quando faz o seguinte questionamento: “A supressão das liberdades democráticas ou a sua eliminação inviabilizaria inteiramente a construção do socialismo?”.

A partir disto, o autor explica que para o socialismo acontecer no plano prático, não se pode perder de vista os aspectos procedimentais da democracia, com o risco de perder seus elementos substantivos.<sup>5</sup> Para ele, a liberdade que deve vir com o socialismo nada tem a ver com a que é defendida pela democracia e a cidadania, uma vez que se trata de uma *liberdade plena*, que consiste na autodeterminação, precedida das condições necessárias. Trata-se, portanto, de:

[...] um alto grau de desenvolvimento tecnológico (capaz de produzir riqueza para satisfazer as necessidades de todos), a diminuição do tempo de trabalho necessário (que deixe um grande tempo livre à disposição da realização omnilateral dos indivíduos), a substituição do trabalho assalariado pelo trabalho associado (como ato ontológico primário) e a substituição do valor de troca pelo valor de uso. (TONET, 1997, p. 152).

O autor conclui que se este patamar de desenvolvimento social não for atingido, o homem jamais poderá ser plenamente livre.

---

<sup>4</sup> Sugerimos a leitura do livro *Sobre o socialismo*, Instituto Lukács, 2012.

<sup>5</sup> Tonet (1997) considera como elementos substantivos do socialismo, dentre outros, a extinção da propriedade privada e o atendimento às necessidades básicas da população.

Na obra *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*, Tonet e Nascimento (2009) entendem que a luta entre capital e trabalho, embora limitada à ordem capitalista, tem resultado em muitas vitórias da classe trabalhadora; contudo, não foi capaz de provocar uma profunda transformação social e diante desta limitação, foi-se perdendo, por parte do trabalho, a perspectiva revolucionária de superação do capital.

Capital e trabalho compreendem, para os autores, polos antagônicos, irreconciliáveis, onde o primeiro representa a destruição da espécie humana, uma vez que promove a exploração do homem pelo homem, enquanto o segundo representa a promessa de um futuro promissor para a humanidade. Diante disto, os autores enfatizam a necessidade de se resgatar a perspectiva revolucionária da classe trabalhadora, tendo como centralidade o trabalho e não a política.

É necessário esclarecer o significado da centralidade do trabalho na ótica de Tonet e Adriano (2009). Na ótica deles, quando a centralidade está na política, a perspectiva revolucionária passa a ser uma responsabilidade do Estado (principal instrumento de reprodução das desigualdades sociais) e não mais da classe trabalhadora. Assim, a classe (o proletariado) que possui o compromisso histórico de transformar a sociedade capitalista por meio da revolução tem a sua função transferida para o órgão que legitima e reproduz esta sociedade. Com isto, tornam-se claras as reais intenções dos que promovem este deslocamento, uma vez que o Estado jamais irá promover qualquer ação que viabilize a construção do socialismo, pois ele é incapaz de facilitar a sua própria abolição.

Por que para a teoria marxiana, a centralidade está no trabalho e não na política? Tonet e Nascimento (2009, p. 04), fundamentados na ontologia do ser social, esclarecem o seguinte:

Para Marx, o trabalho é o ato fundante do ser social. Isto porque é ele o único que faz a mediação entre o ser natural e o ser social. [...] o trabalho também é o fundamento do ser social porque é por meio dele que são produzidos os bens materiais necessários à existência humana, e porque, em consequência disto, ele - o trabalho - sempre será a base a partir da qual se estruturará qualquer forma de sociabilidade; o trabalho, como produtor de valores de uso, será uma necessidade inescapável para a humanidade enquanto esta existir.

Os autores concluem que o trabalho é, em sua natureza, a expressão da potencialidade humana, que tem a possibilidade de produzir riqueza; contudo, esta sua natureza é distorcida na sociedade de classes, sendo preciso eliminar esta formação social para que o trabalho se reintegre em sua forma natural.

Lenin (1986) propõe o caminho a ser tomado na direção da sociedade comunista, na

promoção da emancipação humana. Como descreve o autor, Marx, de forma detalhada, indicou duas fases do desenvolvimento da sociedade comunista: a fase inferior e outra superior.

Sobre a fase inferior, Lenin (1986) explica que esta trará alguns elementos da velha sociedade burguesa, no entanto, sofrerá mudanças radicais. A título de ilustração, ele cita alguns exemplos, a saber: a propriedade privada passará a pertencer à sociedade inteira; o operário receberá o produto integral de seu trabalho: “[...] cada indivíduo recebe da sociedade tanto quanto lhe deu. Reina uma ‘igualdade aparente’” (LENIN, 1986, p. 114). Aqui, o autor analisa que há uma espécie de direito igual aparente, pois aplica uma regra única para pessoas diferentes, com necessidades diferentes, promovendo uma violação ao que se entende por justiça e igualdade. Assim defende Lenin (1986, p. 115): “Ora, os indivíduos não são iguais; é um mais forte, o outro mais fraco; um é casado, outro celibatário; este tem mais filhos, aquele tem menos, etc”.

Portanto, na primeira fase ainda haverá desigualdades, injustas divisão de riquezas, pois a repartição dos bens sociais dar-se-ão pelo trabalho de cada um, e não por suas necessidades. Nas palavras de Lenin (1986, p. 116), “Quem não trabalha, não come”. No entanto, o autor assinala que não haverá mais a exploração do homem pelo homem, uma vez que não haverá a propriedade privada dos meios de produção, das indústrias, da terra ou das máquinas. Contudo, o Estado ainda não desapareceu, uma vez que permanece o direito burguês que consagra a desigualdade entre os homens. Para que o Estado desapareça por completo, é preciso que o socialismo aconteça também de forma completa e, portanto, em sua fase superior.

Para isto, é preciso compreender que enquanto houver Estado, não haverá liberdade, pois ainda haverá a divisão do trabalho e a oposição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico. Com isto, entendemos que a necessidade de definhamento do Estado é incontestável e, junto com este desaparecimento, a realização do seguinte princípio marxiano: “De cada um conforme a sua capacidade, a todos segundo as suas necessidades” (MARX, apud LENIN, 1986, p. 119).

Para a devida compreensão destas duas fases do desenvolvimento da sociedade comunista, a fase inferior e a superior, é de extrema importância fazer a distinção científica entre socialismo e comunismo, conforme explica o autor:

Ao que se costuma chamar socialismo Marx chamou a ‘primeira’ fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, pode aplicar-se a palavra

‘comunismo’, contanto que não se esqueça que esse é um comunismo incompleto. (LENIN, 1986, p. 121).

Na passagem da primeira fase para a segunda fase do comunismo, conforme a teoria marxista da evolução é possível observar graus de maturidade econômica do comunismo. Na primeira fase, o comunismo ainda não está em completa maturação por estar ligado às tradições capitalistas, já que ainda existem o direito e a democracia burguesa, isto é, a desigualdade entre os homens.

Contudo, conforme foi dito, a democracia tem enorme importância na luta operária, pois “[...] levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir as migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado, mesmo republicano [...]” (LENIN, 1986, p. 124). Como explica o autor, quando a democracia atinge este grau, já não mais se enquadra na sociedade burguesa, e tem início a evolução para o socialismo.

Uma vez instaurado o socialismo, a sociedade inteira transformar-se-á em uma grande organização, com igualdade de trabalho e igualdade salarial, o que considera as desigualdades pessoais e de necessidade de cada indivíduo que a compõe. A partir deste momento, como advoga Lenin (1986), os membros da sociedade já terão aprendido a gerir o Estado e, desta forma, desaparecerá toda e qualquer forma de administração.

Em outras palavras, quando aprendermos a administrar a produção social, é que se tornará um hábito a necessidade de observação das regras simples de toda a sociedade. Como afirma Lenin (1986, p. 127), “Então a porta se abrirá, de par em par, para a fase superior da sociedade comunista e, por conseguinte, para o definhamento completo do Estado”.

Com base no exposto, é possível o entendimento de que somente no comunismo é possível instaurar uma democracia para todos, uma vez que dispensa a presença de um aparelho de coação. Em consonância com Lenin (1986), quanto mais democrático for o Estado, mais rápida será a sua destruição; quanto mais perfeita for esta democracia, mais depressa será eliminada. Segundo o autor, somente o comunismo é capaz de tornar a democracia supérflua e desnecessária.

## **CONCLUSÃO**

A título de conclusão, Lenin, assim como Marx e Engels, se posicionaram contra toda e qualquer forma de Estado por entenderem que, independente de suas formas, é sempre um instrumento a serviço da dominação de classe. Ao analisarem as formas transitórias do Estado,

eles constataram que a centralização democrática e a República constituem etapas importantes a serem alcançadas para uma efetiva transformação social e defenderam claramente, em oposição radical ao Estado e à democracia, a revolução social a cargo do proletário como meio de instauração do comunismo.

Consideramos que um dos grandes obstáculos a ser superado no período de transição da sociedade capitalista à sociedade comunista, diz respeito à educação das massas. É preciso desconstruir a crença no aparelho estatal como redentor da sociedade, através do qual será possível a promoção de uma sociedade justa e igualitária. Trata-se, portanto, de propagar a descrença na atual democracia, limitada a conceder privilégios à minoria da população, como instrumento de transformação social, e disseminar a ideia de que somente uma sociedade livre, sem Estado, sem a exploração do homem pelo homem, é capaz de promover a emancipação humana.

Desta forma, entendemos que a defesa da centralidade do trabalho na condução da transformação social aliada à proposição de eliminação da democracia e do Estado, direciona a luta por uma sociedade livre do aparato governamental, por uma sociedade de homens livres. Lenin bem como os autores que contribuíram para refletir a presente temática nos levou à constatação de que a derrubada da democracia não é um limite intransponível, mas uma etapa importante na fase transitória do regime capitalista à sociedade comunista.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Edna. Atualidade da teoria marxista para a análise do Estado contemporâneo. Projeto de Pesquisa. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. CNPq/UFAL/FAPEAL, 2013-2014.

LENIN, V. I. **O Estado e revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. A política e o Estado democrático. In: **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 85-90.

LUKÁCS, Gyorgy. O Estado como arma. In: LUKÁCS, Gyorgy. **Lenin**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 77-86.

SANTOS, Regina Brito Mota dos; BERTOLDO, Edna. O Estado: um instrumento de domínio de classe? Plano de Trabalho. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. CNPq/UFAL/FAPEAL, 2013-2014.

SANTOS, Regina Brito Mota dos; BERTOLDO, Edna. O Estado: um instrumento de domínio de classe? Relatório Parcial. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. CNPq/UFAL/FAPEAL, 2013-2014, mar 2014.

TONET, Ivo. Socialismo e democracia. In: \_\_\_\_\_. **Democracia ou liberdade?** Maceió, Edufal, 1997, p. 143-162.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda** - da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-Omega, 2009.